



COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

DECRETO MUNICIPAL N° 189/2023

FUNÇÃO:	TGPC01 TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA ASSIST. EM PROJ. E SERV. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
NOME DO CANDIDATO:	

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com **25 (vinte e cinco)** itens da prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 25 sem falhas ou repetições.

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. **Leia atentamente cada item da prova objetiva. Para cada questão, existe apenas 1 (uma) resposta certa. Na folha de respostas, preencha o círculo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão. Anulam a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão, emendas ou rasuras.**
6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
8. Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
9. Não serão permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
11. Este caderno de Provas deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente com a Folha de Respostas, devidamente assinados.
12. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre a linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

1. Com base no que dispõe a Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta:
 - a) O servidor estável somente poderá perder o cargo em razão de decisão judicial transitada em julgado, não sendo possível a demissão baseada exclusivamente em decisão administrativa.
 - b) O servidor em estágio probatório poderá usufruir de quaisquer das licenças e afastamentos previstos na Lei Municipal 4.928/1992.
 - c) O servidor estável não poderá perder o cargo em razão de desempenho insuficiente.
 - d) A estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício, condicionada à aprovação nas avaliações realizadas durante o estágio probatório.
 - e) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, condicionada à aprovação nas avaliações realizadas durante o estágio probatório.
2. De acordo com a Lei Municipal 4.928/1992, assinale a alternativa correta:
 - a) É obrigação do servidor atender, prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para defesa dos interesses do Município, em juízo ou administrativamente.
 - b) O servidor tem a obrigação de prestar serviços extraordinários, quando regularmente convocado, executando os que lhe competirem.
 - c) Ao servidor é proibido valer-se de sua qualidade de servidor para desempenhar atividades estranhas às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito.
 - d) O servidor é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda municipal, por dolo ou culpa devidamente apurados.
 - e) Todas as anteriores.
3. Nos termos da Lei Municipal 4.928/1992, escolha a alternativa correta sobre as licenças:
 - a) É vedado ao servidor o exercício de atividade remunerada durante o período de licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família.
 - b) A licença por motivo de pessoa da família não depende de atestado ou exame médico.
 - c) Será concedida licença à servidora gestante, por cem dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.
 - d) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor, ocupante de cargo efetivo, licença para tratar de assuntos particulares, com remuneração, pelo prazo máximo de três anos.
 - e) A licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro será concedida com remuneração.
4. Com base no que dispõe a Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:
 - a) A promoção por conhecimento tem como objetivo valorizar as competências e habilidades individuais dos servidores.
 - b) A promoção por competências e habilidades destina-se a incentivar o aperfeiçoamento pessoal, e ocorrerá obrigatoriamente a cada 4 anos.
 - c) A promoção na carreira por competência e habilidades ocorrerá mediante processo de promoção à mesma classe ou à classe imediatamente superior, sempre dentro do mesmo cargo e respeitado o nível de escolaridade exigido para provimento inicial no cargo.
 - d) A promoção por conhecimento poderá ser feita a cada 2 anos de efetivo exercício, contados da data de posicionamento na atual referência, desde que cumpridos os demais requisitos legais.
 - e) Na promoção por competências e habilidades, bem como na promoção por conhecimento, poderão ser pontuados os cursos exigidos como requisito para ingresso no cargo.
5. Nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, escolha a alternativa correta:
 - a) Os cargos em comissão deverão ser providos obrigatoriamente mediante concurso público.
 - b) Os cargos efetivos deverão ser providos por livre escolha do chefe do poder executivo.
 - c) Os ocupantes de cargos efetivos poderão exercer funções de confiança, mediante designação, exigindo-se a compatibilidade da função com a natureza do respectivo cargo.
 - d) Os cargos em comissão serão preenchidos preferencialmente por meio de concurso público.
 - e) Os cargos efetivos serão preenchidos livremente por escolha dos titulares da pasta a que estejam subordinados, após aprovação do chefe do poder executivo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

6. Nos termos da Lei Municipal 9.337/2004, assinale a alternativa correta:
- A transferência de lotação do servidor, temporária ou permanente, não depende do atendimento à conveniência e ao interesse público, constituindo-se direito do servidor.
 - O servidor efetivo ocupante de função de confiança poderá optar pelo local de lotação mais próximo de sua residência.
 - O servidor aprovado no processo promoção por competências e habilidades poderá optar pelo local de lotação mais próximo de sua residência.
 - É um dos objetivos da avaliação funcional periódica orientar os processos de demissão por insuficiência de desempenho.
 - Não é obrigação do Executivo Municipal criar sistemas de capacitação e desenvolvimento dos ocupantes de cargos efetivos.
7. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade. Acerca do que prevê o referido dispositivo legal, sobre a Lei do orçamento, analise as afirmativas:
- A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
 - A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar.
 - Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
 - A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.
 - A Lei de Orçamento não poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- Assinale a alternativa CORRETA:
- Somente II e V estão corretas.
 - Somente I e IV estão corretas.
 - Somente II, III e IV estão corretas.
 - Somente I está incorreta.
 - Todas estão corretas.
8. De acordo com o que prevê a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, acerca da Lei Orçamentária Anual, assinale a alternativa INCORRETA:
- O projeto de lei orçamentária anual, conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
 - Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
 - O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
 - A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
 - É permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
9. A Lei 4.320, de 17 de março de 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Atentando-se ao que prevê expressamente as disposições da referida legislação sobre a despesa, analise as afirmativas:
- O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - A ordem de pagamento consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
 - A liquidação é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 - É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
 - O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- Assinale a alternativa CORRETA:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

- a) Somente II e V estão corretas.
b) Somente I, IV e V estão corretas.
c) Somente II, III e IV estão corretas.
d) Somente II está incorreta.
e) Todas estão corretas.
10. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a respeito da despesa de capital analise as afirmações:
- I. São despesas de capital: Investimentos; Inversões Financeiras e Transferências de Capital.
II. Classificam-se como inversões financeiras as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
III. Classificam-se como investimentos as dotações destinadas a: aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
IV. São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente II e IV estão corretas.
b) Somente I e III estão corretas.
c) Somente II, III e IV estão corretas.
d) Somente I e IV estão corretas.
e) Todas estão corretas.
11. Conforme prevê a Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em

valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Atentando-se ao que prevê a referida lei, acerca do Anexo de Metas Fiscais, analise as afirmativas:

- I. O Anexo conterá a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
II. O Anexo conterá o demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
III. O Anexo conterá a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
IV. O Anexo conterá avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.
V. O Anexo conterá o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente II está incorreta
b) Somente III e IV estão corretas.
c) Somente II e IV estão corretas.
d) Somente I está incorreta.
e) Todas estão corretas.
12. De acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, quanto ao empenho da despesa, é INCORRETO afirmar:
- a) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
b) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
c) Será feito empenho global da despesa cujo montante não se possa determinar.
d) É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

- e) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
13. De acordo com a Lei nº 14.133/21, são modalidades de licitação, com exceção:
- Concorrência
 - Tomada de preços
 - Leilão
 - Diálogo Competitivo
 - Pregão
14. A fase da licitação em que o proponente demonstra ter capacidade técnica para realizar o objeto da licitação é:
- Credenciamento
 - Menor preço
 - Habilitação
 - Lances
 - Transparência
15. Nos termos da Lei nº 14.133/21, o julgamento das propostas poderá ser realizado mediante os seguintes critérios:
- Maior preço, melhor técnica, técnica e planejamento, maior desenvolvimento nacional sustentável.
 - Menor preço, melhor planejamento, técnica e preço, maior lance.
 - Menor preço, maior desconto, melhor conteúdo artístico, maior lance.
 - Melhor planejamento, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico.
 - Menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance, maior retorno econômico.
16. Assinale a alternativa cujos princípios foram expressos na Lei 14.133/21 e devem ser observados nas licitações:
- Legalidade, impessoalidade, imoralidade, publicidade.
 - Impessoalidade, moralidade, publicidade, improbidade administrativa.
 - Igualdade, eficácia, segregação de funções, motivação.
 - Julgamento direcionado, desenvolvimento nacional sustentável, celeridade, legalidade.
- e) Vinculação ao edital, irrazoabilidade, competitividade, proporcionalidade.
17. Assinale a alternativa incorreta sobre as definições relacionadas às licitações:
- Projeto básico: catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, com sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação.
 - Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado
 - Licitação inexigível: quando inviável a competição.
 - Credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
 - Sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.
18. São casos de dispensa de licitação, exceto:
- Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
 - Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação.
 - Para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

- serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- d) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- e) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia.
19. Sobre o regime da Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso à informação no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa correta:
- a) Estão subordinadas ao regime da referida lei as entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes da federação.
- b) Estão subordinadas ao regime da referida lei somente as entidades controladas diretamente pelos entes da federação.
- c) Estão subordinadas ao regime da referida lei qualquer empresa que firme contrato com o Poder Público, mesmo em relação às informações da pessoa jurídica que não digam respeito à execução do contrato.
- d) Estão subordinadas ao regime da referida lei quaisquer entidades sem fins lucrativos, mesmo que elas não recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público.
- e) Os órgãos do Tribunal de Contas não estão submetidos ao regime da referida lei.
20. Acerca das disposições da Lei n. 12.527/2011 assinale a alternativa correta:
- a) O pedido de acesso à informação não pode ser por qualquer meio legítimo.
- b) O pedido de acesso à informação deve conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- c) O pedido de acesso à informação não pode ser feito por meio de acesso nos sítios oficiais da internet.
- d) O pedido de acesso à informação pode ser indeferido quando não for indicado o motivo da solicitação.
- e) Mesmo se houver anuência do requerente, a informação em formato digital terá que ser impressa para o acesso.
21. No que se refere ao acesso à informação preconizado pela Lei n. 12.527/2011, assinale a alternativa correta:
- a) Nunca poderá existir o direito de acesso aos documentos incluídos como preparatórios em processo eletrônico.
- b) Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente não poderá interpor recurso para ser revista essa decisão administrativa.
- c) A informação que contenha dados pessoais é uma informação sigilosa de acordo com a definição conferida pela Lei n. 12.527/2011.
- d) Poderá ser negado o pedido de acesso à informação necessário à tutela judicial de direitos fundamentais.
- e) O acesso à informação de que trata a Lei n. 12.527/2011 compreende também o direito de o cidadão obter orientação de como conseguir ter o acesso à informação solicitada.
22. Com relação à disciplina da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.079/2018), assinale a alternativa correta:
- a) A LGPD não precisará ser observada na operação de tratamento de dados pessoais realizada por pessoa jurídica de direito privado, em nenhuma hipótese.
- b) A LGPD precisará ser observada obrigatoriamente para fins de investigações criminais, quando será necessário o consentimento do titular investigado para o tratamento dos dados pessoais dele pelo Poder Público.
- c) A LGPD aplica-se sempre quando o tratamento dos dados pessoais for realizado exclusivamente para fins jornalísticos pela imprensa.
- d) A LGPD não se aplica quando o tratamento de dados pessoais for realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- e) A disciplina da LGPD tem como fundamento somente o absoluto e único o respeito à privacidade, não sendo fundamentos da disciplina da LGPD a liberdade de expressão, a liberdade de informação, a livre iniciativa e o respeito aos direitos humanos.
23. Suponha-se que um órgão do Município de Londrina necessite de um dado pessoal que um outro órgão do Município de Londrina possua para a finalidade de conseguir executar uma política



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

Promoção por Competências e Habilidades 2023

Técnico de Gestão Pública – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

pública de incumbência municipal. Sobre esse uso compartilhado da Administração Pública e de acordo com o regime da LGDP (Lei nº 13.079/2018), assinale a alternativa correta:

- a) Esse compartilhamento de dados pessoais na Administração Pública nunca será possível, mesmo que ele tenha a finalidade de executar uma política pública.
- b) Esse compartilhamento de dados pessoais somente será possível com o consentimento do titular dos dados pessoais, mas se ele revogar o consentimento a partir de então não será mais possível a execução dessa política pública.
- c) Esse compartilhamento de dados pessoais somente será possível com o consentimento do titular, mas a partir de então esse consentimento para sempre será irrevogável.
- d) Esse uso compartilhado de dados pessoais pela Administração Pública não depende do consentimento do titular para tanto, pois poderá ser realizado quando necessário à execução de uma política pública com previsão em lei.
- e) Isso somente poderá ser realizado com a autorização do Prefeito e somente ele responderá pessoalmente pelo eventual uso irregular dos dados pessoais.

24. Consoante o previsto pela Lei n. 13.460/2017, a qual dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o usuário do serviço público pretenda fazer alguma manifestação em relação aos serviços públicos perante a Administração Pública, ele poderá fazer desde que seja mediante a representação por advogado.
- b) Poderá ser exigida qualquer informação relativa à identificação do requerente, mesmo que isso venha a inviabilizar a sua manifestação.
- c) A Administração Pública poderá exigir em formulário a explicação dos motivos determinantes pelos quais o usuário se manifesta quanto à prestação dos serviços públicos.
- d) É dever do usuário de serviço público a utilização adequada e a preservação da condição dos bens públicos afetos aos serviços públicos.
- e) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

25. Conforme a Lei Municipal n. 13.310/2021, a qual institui a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito do Município de Londrina,

assinale a alternativa correta que corresponde ao conceito de correto do Compliance Público:

- a) O Compliance Público corresponde ao alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse público em relação ao interesse privado no setor público.
- b) O Compliance Público corresponde ao alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse privado em relação ao interesse público no setor público.
- c) O Compliance Público corresponde ao alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse privado em relação ao interesse público no mercado local.
- d) O Compliance Público corresponde ao alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse público em relação ao interesse privado mesmo nos setores de concorrência de mercado.
- e) O Compliance Público corresponde ao alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse público em qualquer situação, desde que não envolva interesse privado.